

STJ00108214

**Claudia Aparecida Costa Lopes
Valéria Silva Galdino Cardin**

BARRIGA DE ALUGUEL e a PROTEÇÃO DO EMBRIÃO

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8720-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Lopes, Claudia Aparecida Costa.

L864 Barriga de aluguel e a proteção do embrião./ Claudia Aparecida Costa Lopes, Valéria Silva Galdino Cardin./ Curitiba: Juruá, 2019.

134p.

1. Direito de família. 2. Reprodução humana – legislação. 3. Útero de aluguel. 4. Direito e biologia. 5. Embrião humano – Proteção. I. Cardin, Valéria Silva Galdino. II Título.

00067

CDD 346.015 (22.ed)

CDU 347.6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

145825

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1	DOS PRECEITOS NORTEADORES DA BIOÉTICA NO DIREITO DE FAMÍLIA
	13
1.1	DOS IMPACTOS DAS INOVAÇÕES GENÉTICAS SOBRE OS EMBRIÕES HUMANOS NO CONTEXTO FAMILIAR
	13
1.2	DOS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA
	17
1.3	DO DEVER DA PARENTALIDADE RESPONSÁVEL
	21
1.4	DO DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR
	24
1.5	DO CRITÉRIO DEFINIDOR DA MATERNIDADE
	27
Capítulo 2	DA VULNERABILIDADE DO EMBRIÃO HUMANO UTILIZADO NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA
	35
2.1	DO DIREITO À REPRODUÇÃO NATURAL E MEDICAMENTE ASSISTIDA
	35
2.2	DO CONCEITO E IMPLICAÇÕES DO USO DA TÉCNICA DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO
	42
2.2.1	Do Conflito de Parentalidade
	48
2.3	DA TUTELA CONSTITUCIONAL DA VULNERABILIDADE GERAL
	50
2.4	DA VULNERABILIDADE POTENCIALIZADA DO EMBRIÃO HUMANO
	52
Capítulo 3	DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS
	55
3.1	DA EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE CONTRATO.....
	55
3.2	DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA
	63

3.3	DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.....	69
3.4	DO PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DO CONTRATO E A ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO.....	73
3.5	DA PROTEÇÃO DO VULNERÁVEL E DO HIPOSSUFICIENTE NA ESFERA CONTRATUAL...	74
Capítulo 4	DA NATUREZA CONTRATUAL DA CESSÃO DE ÚTERO	81
4.1	DOS REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE DO CONTRATO.....	81
4.1.1	Do Requisito Subjetivo de Validade do Contrato ...	83
4.1.2	Do Requisito Objetivo de Validade do Contrato.....	92
4.1.3	Do Requisito Formal de Validade do Contrato.....	98
4.2	DA CLASSIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO DE ÚTERO	100
4.3	DA VALIDADE DO CONTRATO DE CESSÃO DE ÚTERO ENQUANTO MINIMIZADOR DE VULNERABILIDADE.....	107
	CONCLUSÃO	113
	REFERÊNCIAS	119
	ÍNDICE REMISSIVO.....	125